



SEMPRE EM EVOLUÇÃO



**RELEASE DE RESULTADOS**

Divulgação imediata

**3T21**



## DESTAQUES

### **AUMENTO DE 10,6% NOS VEPs\* DO 3T21 COMPARADO AO 3T20**

*\*VEPs => Veículos equivalentes pagantes*

No 3º trimestre do ano a CART registrou 13,9 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 10,6% na comparação com o mesmo período de 2020. A performance de veículos pesados representa cerca de 72,0% do tráfego e apresentou aumento de 10,0%. Em veículos leves o aumento foi de 12,2% comparado ao 3T20. A variação positiva refere-se o retorno gradativo do tráfego, devido a campanha de vacinação da COVID-19 em todo o país.

### **AUMENTO DE 20,9% NA RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA\* NO 3T21 COMPARADA AO 3T20**

*\* Receita líquida ajustada => Exclui a receita de construção*

O aumento da receita líquida ajustada foi impactado, principalmente, pela recuperação do tráfego na rodovia (conforme explicação no quadro anterior)

### **AUMENTO DE 30,1% NO EBITDA AJUSTADO DO 3T21 COMPARADO AO 3T20**

O aumento no EBITDA do 3T21 está relacionada ao aumento de 20,9% na receita líquida ajustada (conforme explicação nos quadros anteriores).

### **AUMENTO DE 39,3% NO RESULTADO FINANCEIRO DO 3T21 COMPARADO AO 3T20**

A piora no resultado financeiro está relacionado ao aumento nos índices macroeconômicos do período.

### **O RESULTADO DO 3T21 FICOU NEGATIVO EM R\$ 13,0 MILHÕES**

Em comparação com o 3T20, o prejuízo do 3T21 diminuiu conforme evidenciado nos quadros anteriores.



Desempenho Operacional (Mil)	3T21	3T20	▲	9M21	9M20	▲
<b>VEPs<sup>1</sup></b>	<b>13.940</b>	<b>12.603</b>	<b>10,6%</b>	<b>38.753</b>	<b>34.484</b>	<b>12,4%</b>
Veículos Leves	3.910	3.483	12,2%	10.765	10.015	7,5%
Veículos Pesados	10.030	9.120	10,0%	27.988	24.469	14,4%
<b>Tráfego<sup>2</sup></b>	<b>6.315</b>	<b>5.684</b>	<b>11,1%</b>	<b>17.508</b>	<b>16.014</b>	<b>9,3%</b>
Veículos Leves	3.953	3.527	12,1%	10.895	10.147	7,4%
Veículos Pesados	2.244	2.048	9,6%	6.280	5.554	13,1%
Veículos Isentos	117	109	7,8%	333	313	6,2%
<b>Tarifa Média (R\$)</b>	<b>8,83</b>	<b>8,06</b>	<b>9,6%</b>	<b>8,04</b>	<b>8,04</b>	<b>0,0%</b>

<sup>1</sup> VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

<sup>2</sup> Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

Bauru, 16 de novembro de 2021 a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, divulga os resultados do 3T21. Foram realizadas comparações com o mesmo período de 2020, conforme indicado. As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações contábeis intermediárias revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

## Informações relevantes sobre os efeitos adversos relacionados ao Coronavírus

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia pelo novo Corona vírus, causador da COVID-19. Esta declaração desencadeou uma série de decisões governamentais, atingindo entidades públicas e privadas, para conter o avanço do vírus. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, com orientação para o isolamento social, dentre outras que impactaram diretamente os negócios da Companhia.

A Companhia obteve uma recuperação nos veículos equivalentes pagantes - VEP, na ordem de 10,6%. A performance de veículos pesados representa cerca de 72,0% do tráfego e apresentou aumento de 10,0%. Em veículos leves o aumento foi de 12,2% comparado ao 3T20. A variação positiva refere-se o retorno gradativo do tráfego, devido a campanha de vacinação da COVID-19 em todo o país (em razão da pandemia COVID-19 que se iniciou na 2ª quinzena de mar/20, com pico negativo no tráfego nos meses de abril a julho).

A Companhia está fazendo o necessário para manter a correta operação e manutenção do negócio, bem como garantir os empregos.

O propósito da Companhia, em meio a uma das maiores crises já vivenciadas na história mundial, é manter o atendimento à sociedade, cuidando do principal ativo, que são as pessoas.

A despeito dos inúmeros estudos que vêm sendo cuidadosamente realizados, ainda há grande incerteza sobre os efeitos da pandemia na economia local e global, principalmente, em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus. Assim sendo, ainda não é possível precisar quando os níveis de normalidade nas operações serão efetivos.

Com o suporte da Infraestrutura Brasil Holding S.A. – IBH II -, a Companhia está acompanhando a COVID-19 e as medidas do Governos Federais e Estaduais, buscando através dos canais de comunicação a lisura com colaboradores, *stakeholders* e com o mercado em geral, serão mantidos, mesmo que à distância.

Em linha com a Recomendação nº 2 do CODIM (Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado), abaixo, a Companhia está lidando com a situação causada pelo Corona vírus, e divulgando como os seus negócios estão afetados.



Por fim, a Companhia informa que seus canais de comunicação indicados ao final deste release estão disponíveis para maiores informações, para sanar dúvidas e prestar esclarecimentos necessários.

## Recomendações CODIM nº 2

### INFORMAÇÕES RELEVANTES A SEREM COMUNICADAS A PÚBLICO

#### Como a Companhia está trabalhando durante este processo:

A Companhia instaurou um Comitê que acompanha diariamente os impactos do Corona vírus para os negócios. Este Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira do Grupo, e através do Diretor de Relações com Investidores, tem buscado manter uma comunicação clara, ampla e simultânea com o público investidor e com o mercado em geral sobre os impactos da COVID-19, utilizando, para isso, os meios legais de comunicação previstos na Instrução CVM 358/02, quais sejam Comunicados ao Mercado e Fatos Relevantes, publicados na página de relações com investidores da Companhia e também disponíveis nos websites da CVM e da B3. A cada novo evento ou ocorrência relevante para os negócios da Companhia, bem como os relacionados aos efeitos do Corona vírus, a área de RI avalia a necessidade de divulgação das atualizações sobre o assunto ao mercado e propõe ao Diretor de Relações com Investidores a referida publicação.

#### Reflexos esperados nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia:

Para as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 2020, que devem ser lidas em conjunto com esta Informação Contábil Intermediária, a Companhia considerou os efeitos relacionados à propagação do Corona vírus como nota explicativa, vide item 1.2 EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19, uma vez que o anúncio da OMS de que a COVID-19 é uma emergência de saúde global, realizado em 11 de março de 2020, desencadeou uma série de decisões emanadas pelos entes da Federação – União, Estados e Municípios -, abrangendo entidades públicas e privadas, conseqüentemente, toda a sociedade, para conter o avanço do vírus.

Para estas Informações Contábeis Intermediárias do trimestre encerrado em 30 de setembro de 2021, estão contemplados os resultados dos efeitos ocorridos em função da pandemia do novo Corona vírus. Entretanto, não houve efeitos relevantes nessas Informações Contábeis Intermediárias, exceto quanto à:

#### Receitas de Serviços:

O reconhecimento das receitas auferidas, no caso das receitas tarifárias, se dá pela tarifação do fluxo ou movimentação de veículos quando da efetiva utilização dos serviços:

- O tráfego no ano de 2020 foi muito impactado pelas medidas restritivas no combate ao COVID-19. Com o avanço das vacinações e com a diminuição dos casos, podemos notar uma retomada no tráfego, quando comparamos o 3º trimestre de 2021 com o mesmo período em 2020, registramos um aumento de 10,6%, já no acumulado dos nove meses a recuperação foi de 12,4%.

#### Manutenção dos Negócios:

#### Comitê de Gestão de Crises – áreas participantes e forma de atuação:

A Companhia instalou um Comitê de Gestão de Crises para tratar exclusivamente dos assuntos relacionados ao Corona vírus com o objetivo de, dentre outros:



- Acompanhar os impactos causados pela pandemia nos setores de atuação;
- Traçar e definir as ações para mitigar esses impactos;
- Avaliar e implementar medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo Corona vírus para os colaboradores, familiares bem como para os usuários dos ativos sob gestão da Companhia.

O comitê também se reúne semanalmente com o Conselho de Administração.

#### Plano de continuidade das operações e principais ações:

Desde que instalada a pandemia do novo Corona vírus, a Companhia tem revisado o seu plano de negócios, especialmente no que diz respeito à continuidade das operações. Dentre as frentes que estão sendo revisadas no âmbito do Plano de Continuidade dos Negócios da Companhia, destacamos:

##### 1º) Preservação da saúde e segurança das pessoas

- Adoção do *Home Office* para os colaboradores onde esta modalidade for possível;
- Afastamento dos colaboradores pertencentes aos grupos de risco;
- Adoção das medidas de proteção recomendadas pelos órgãos de saúde para os funcionários alocados nas operações;
- Promover comunicação regular e transparente com todos os colaboradores; e
- Veiculação de campanhas educativas para a prevenção da COVID-19, por meio de vídeos, avisos sonoros e mensagens nos canais digitais da Companhia.

##### 2º) Comunicação com *Stakeholders*

- Manter o público investidor e o mercado em geral informados sobre os impactos do Corona vírus nos negócios da Companhia;
- Estreitar relações com a cadeia de fornecedores, acompanhando de perto a manutenção da capacidade de entrega de bens e serviços essenciais para a continuidade dos negócios;
- Revisão junto aos credores dos termos e condições pactuadas em contratos financeiros;
- Conversas estruturadas juntos aos poderes concedentes para reequilíbrio econômico-financeiro nos contratos de concessão; e

##### 3º) Revisar a estratégia de manutenção e continuidade dos negócios

- Avaliação do caixa e de necessidade de liquidez no curto e médio prazo;
- Monitoramento e resposta rápida aos riscos operacionais e financeiros;
- Acompanhamento e desenvolvimento de alternativas para a cadeia de suprimentos;
- Análise do impacto da crise no orçamento e no planejamento e continuidade dos negócios; e
- Monitoramento das iniciativas de suporte para as empresas e sociedade promovidas pelos governos, órgãos públicos e bancos de desenvolvimento.

##### 4º) Resiliência e preparação para a recuperação

- Executar a estratégia de negócios revisada e seguir monitorando a situação;
- Tomar decisões e promover ações considerando um cenário de recuperação à frente; e
- Reavaliar e recalibrar as oportunidades de negócios.



## Providências que estão sendo tomadas para preservar a saúde financeira da Companhia:

As ações voltadas para a saúde financeira e liquidez da Companhia face aos efeitos adversos nos negócios consequentes da pandemia do Corona vírus, estão divididas em 2 momentos, quais sejam:

1º) Ações no curto prazo trazendo alívio imediato para o caixa, dentre as quais:

- Revisão mensal do orçamento previsto para o ano corrente objetivando a manutenção dos custos e investimentos essenciais para a continuidade dos negócios;
- Renegociação com fornecedores;

2º) Reestruturação do endividamento da Companhia, vide cronologia e detalhamento a seguir.:

Nos termos da carta de intenções para aquisição facultativa da CART, datada de 23 de setembro de 2021, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e jornal Valor Econômico, ambos no dia 23 de setembro de 2021, e Comunicado ao Mercado da CART, datado de 18 de outubro de 2021, ocorreu, em 25 de outubro de 2021, a liquidação da oferta de aquisição facultativa das debêntures da 2ª (Segunda) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, da Companhia, onde 73,57% dos debenturistas aderiram à referida oferta de aquisição facultativa, conforme os informativos e procedimentos tratados junto à B3 e ao banco liquidante das referidas debêntures.

Nos termos do Comunicado ao Mercado da CART, datado de 31 de maio de 2021, a Companhia realizou a liquidação em 2 (duas) tranches, finalizada em 25 de outubro de 2021, da oferta da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Companhia, as quais foram objeto de oferta pública em regime de garantia firme de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada de tempos em tempos ("Instrução CVM 476") e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder") ("Debêntures", "Emissão" e "Oferta", respectivamente) mediante a celebração do "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.", entre a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário") e a Companhia ("Escritura de Emissão"), conforme características gerais abaixo.

Foram ofertadas 105.000 (cento e cinco mil) Debêntures, em série única.

Na data de emissão das Debêntures, o valor nominal unitário foi de R\$ 10 (dez mil reais), totalizando R\$ 1.050.000 (um bilhão e cinquenta milhões de reais). O prazo de vencimento das Debêntures será em dezembro de 2035. As Debêntures ofertadas contam, compartilhadas com outras dívidas, com as seguintes garantias: (i) penhor da totalidade das ações de emissão da Emissora de titularidade da Infraestrutura Brasil Holding II S.A., termos previstos no Contrato de Penhor de Ações, conforme aditado; e (ii) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios de titularidade da Companhia, decorrentes da concessão de serviço público de exploração e operação da rodovia denominada Raposo Tavares ("Concessão") e do Contrato ARTESP nº 002/ARTESP/2009, celebrado entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP em 19 de março de 2009, conforme alterado, bem como todos os direitos creditórios sobre todos os valores a serem depositados e mantidos na conta centralizadora e conta para pagamento do serviço da dívida das



Debêntures, nos termos do Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, entre a Companhia, o Agente Fiduciário, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

As Debêntures foram distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação prestada pelo Coordenador Líder.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Emissão serão utilizados para nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, e do Decreto 8.874, no reembolso de despesas efetuadas nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de encerramento da Oferta e no pagamento futuro para amortização de parcelas futuras das dívidas contratadas pela Emissora, com o intuito de pré-pagar, liquidar, recomprar e/ou resgatar as dívidas contratadas, para financiar o projeto de concessão, investimento e operação da Concessão (“Projeto”), conforme detalhado na Escritura de Emissão.

A Emissão conta com tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.431, conforme aprovado na Portaria nº 777 do Ministério de Infraestrutura, de 28 de junho de 2021, publicada em 01 de julho de 2021 no Diário Oficial da União.

Demais condições e prazos da Oferta foram divulgados na ata da referida Reunião do Conselho de Administração, a qual foi disponibilizada no site da CVM – Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), bem como no site da Companhia (<https://ri.cartsp.com.br/Default.aspx>), nos termos da legislação aplicável.

Adicionalmente, cabe ressaltar:

Não haverá aumento no endividamento líquido da Companhia, permanecendo o mesmo montante, acrescido dos custos envolvidos na reestruturação.

Tendo como base o comunicado realizado a mercado, os títulos recomprados e que hoje encontram-se em Tesouraria não serão recolocados a mercado e terão sua contabilização definida com base nas boas práticas e regimento contábil.

A operação resultante não gerará pressão adicional sobre os covenants.

### **Avaliação de ativos não financeiros**

Sob o âmbito regulatório, a Advocacia Geral da União (AGU) emitiu o Parecer nº 261/2020 à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, no qual conclui que a pandemia declarada pela OMS em maio de 2020 se enquadra no conceito de força maior.

Sendo assim, a avaliação da Companhia é que os contratos devam ser reequilibrados pelos efeitos advindos da pandemia e que tais reequilíbrios sejam suficientes para a recuperação dos ativos não monetários, bem como a realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

### **Avaliação de ativos financeiros**

Não foram identificados eventos e condições que justificassem um aumento da perda esperada nos ativos financeiros para o fechamento das informações intermediárias de 30 de setembro de 2021.



Desta forma, não foram identificadas condições que justificassem a constituição de provisão para perdas ao valor recuperável nos ativos, principalmente, relacionado a realização de contas a receber, recuperação do ativo intangível e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social, e conseqüente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia acredita que, até o momento, possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos.

Adicionalmente, tendo em vista um potencial queda significativa de sua geração de resultado a Companhia, como já dito acima, vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo experimentam.





## DESEMPENHO OPERACIONAL

### RESULTADO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil)	3T21	3T20	▲	9M21	9M20	▲
<b>VEPs<sup>1</sup></b>	<b>13.940</b>	<b>12.603</b>	<b>10,6%</b>	<b>38.753</b>	<b>34.484</b>	<b>12,4%</b>
Veículos Leves	3.910	3.483	12,2%	10.765	10.015	7,5%
Veículos Pesados	10.030	9.120	10,0%	27.988	24.469	14,4%
<b>Tráfego<sup>2</sup></b>	<b>6.315</b>	<b>5.684</b>	<b>11,1%</b>	<b>17.508</b>	<b>16.014</b>	<b>9,3%</b>
Veículos Leves	3.953	3.527	12,1%	10.895	10.147	7,4%
Veículos Pesados	2.244	2.048	9,6%	6.280	5.554	13,1%
Veículos Isentos	117	109	7,8%	333	313	6,2%
<b>Tarifa Média (R\$)</b>	<b>8,83</b>	<b>8,06</b>	<b>9,6%</b>	<b>8,04</b>	<b>8,04</b>	<b>0,0%</b>

<sup>1</sup> VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

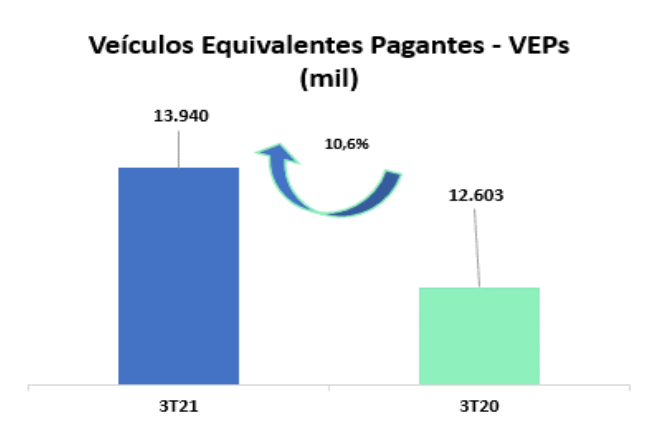
<sup>2</sup> Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

Variação no transporte de Veículos Dessazonalizado <sup>1,2</sup>	Leves	Pesados	VEPs Total
período (Set/21 sobre Set/20): Brasil	2,9%	-0,6%	1,9%
3º trimestre (Jul-Set/21 sobre Jul/Set/20): Brasil	37,4%	34,3%	36,5%
Acumulado no ano (Jan-Set/21 sobre Jan-Set/20): Brasil	11,5%	9,4%	10,9%

<sup>1</sup> Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers

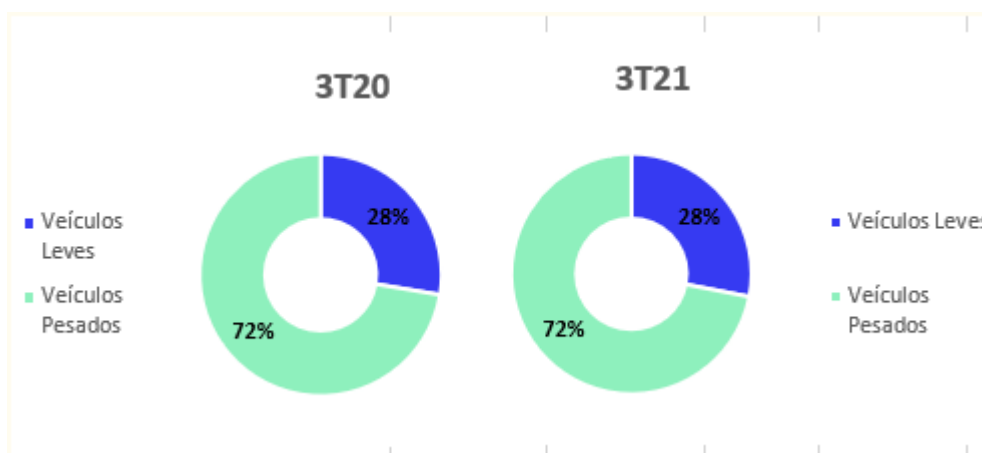
<sup>2</sup> Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: <http://www.abcr.org.br>

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil), para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 10,9% no fluxo total de veículos no ano comparado com o mesmo período do ano anterior. Destaque para a circulação de 11,5% em veículos leves e 9,4% em veículos pesados.



Em consequência da campanha de vacinação e a diminuição no número de casos, a Companhia quantificou uma recuperação nos veículos equivalentes pagantes – VEP comparando os trimestres (3T21 vs 3T20), na ordem de 10,6%. A performance de veículos pesados representa

cerca de 72,0% do tráfego e apresentou aumento de 10,0%. Em veículos leves o aumento foi de 12,2% comparado ao 3T20.



## DESEMPENHO OPERACIONAL

### RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ mil)	3T21	3T20	▲	9M21	9M20	▲
<b>Receita</b>						
Receitas com Pedágio	123.181	101.324	21,6%	326.630	277.346	17,8%
Receitas Acessórias	4.747	4.474	6,1%	13.351	13.162	1,4%
<b>Receita Bruta</b>	<b>127.928</b>	<b>105.798</b>	<b>20,9%</b>	<b>339.981</b>	<b>290.508</b>	<b>17,0%</b>
Deduções da Receita Bruta	(11.013)	(9.108)	20,9%	(29.268)	(25.009)	17,0%
Receita de Construção (IFRS)	49.468	27.348	n.m	134.414	65.780	n.m
<b>Receita Líquida Ajustada<sup>1</sup></b>	<b>116.915</b>	<b>96.690</b>	<b>20,9%</b>	<b>310.713</b>	<b>265.499</b>	<b>17,0%</b>

<sup>1</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

A Receita Líquida Ajustada do 3T21 apresentou uma variação positiva de 20,9% frente ao 3T20. Nas Receitas com Pedágio, este aumento é explicado pelo reajuste tarifário de 8,06% em referência ao 3T20, além da recuperação no tráfego entre leves e pesados de 10,6% frente ao 3T20.

### CUSTOS E DESPESAS

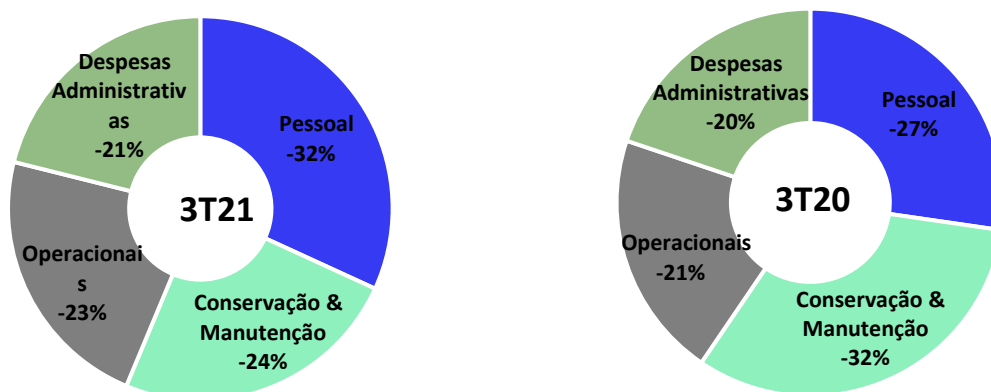


Custos e Despesas (R\$ mil)	3T21	3T20	Δ	9M21	9M20	Δ
Pessoal	(11.449)	(9.202)	24,4%	(36.992)	(26.342)	40,4%
Conservação & Manutenção	(8.790)	(10.862)	-19,1%	(24.779)	(31.162)	-20,5%
Operacionais	(8.128)	(6.963)	16,7%	(24.380)	(23.000)	6,0%
Despesas Administrativas	(7.587)	(6.689)	13,4%	(18.187)	(19.065)	-4,6%
<b>Custos &amp; Despesas Administráveis</b>	<b>(35.955)</b>	<b>(33.716)</b>	<b>6,6%</b>	<b>(104.338)</b>	<b>(99.569)</b>	<b>4,8%</b>
Outorga Variável	(3.838)	(3.174)	20,9%	(10.199)	(8.715)	17,0%
Depreciação & Amortização	(34.437)	(29.774)	15,7%	(98.059)	(89.221)	9,9%
<b>Custos &amp; Despesas Operacionais Ajustados<sup>1</sup></b>	<b>(74.230)</b>	<b>(66.664)</b>	<b>11,3%</b>	<b>(212.596)</b>	<b>(197.505)</b>	<b>7,6%</b>
Custo de Construção (IFRS)	(49.468)	(27.348)	80,9%	(134.414)	(65.780)	104,3%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(8.184)	(8.184)	0,0%	(24.551)	(24.551)	0,0%
<b>Custos &amp; Despesas Operacionais</b>	<b>(131.882)</b>	<b>(102.196)</b>	<b>29,0%</b>	<b>(371.561)</b>	<b>(287.836)</b>	<b>29,1%</b>

<sup>1</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

O aumento em Pessoal se deu em função da reestruturação de atividades decorrentes da mudança no controle acionário e primarizações de atividades, antes terceirizadas, mesmo motivo pelos quais ocorreram variações nos agrupamentos de conservação e manutenção. Os custos operacionais aumentaram em decorrência da retomada do tráfego na rodovia. Em custos de construção, a variação frente ao período anterior reflete as diferentes fases do cronograma de investimentos da concessão.

### Composição dos Custos e Despesas Administráveis



### EBITDA E MARGEM EBITDA

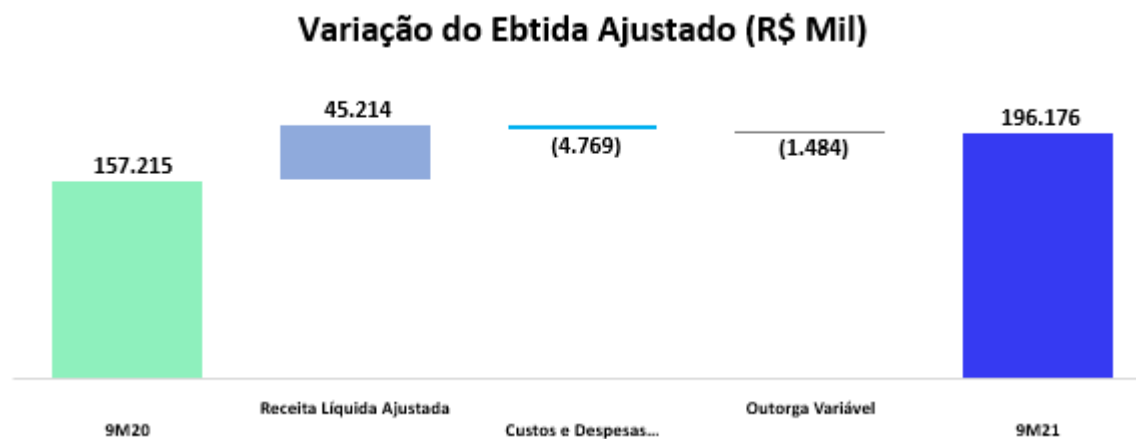
EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	3T21	3T20	▲	9M21	9M20	▲
Lucro (Prejuízo) Líquido	(12.966)	(16.600)	-21,9%	(49.170)	(48.119)	2,2%

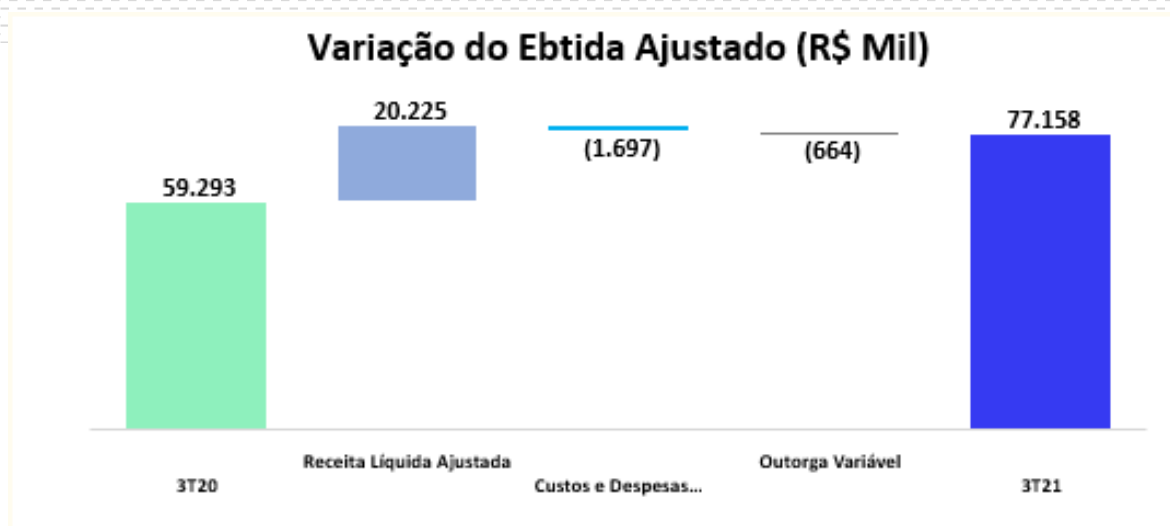


Resultado Financeiro Líquido	54.679	39.253	39,3%	150.833	95.518	57,9%
IRPJ & CSLL	(7.176)	(1.318)	444,5%	(28.097)	(3.956)	610,2%
Depreciação e Amortização	34.437	29.774	15,7%	98.059	89.224	9,9%
<b>EBITDA ICVM 527</b>	<b>68.974</b>	<b>51.109</b>	<b>35,0%</b>	<b>171.625</b>	<b>132.667</b>	<b>29,4%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>38,9%</b>	<b>38,4%</b>	<b>0,5 pp</b>	<b>36,2%</b>	<b>37,2%</b>	<b>-1,1 pp</b>
Provisão de Manutenção (IFRS)	8.184	8.184	0,0%	24.551	24.551	0,0%
<b>EBITDA Ajustado<sup>1</sup></b>	<b>77.158</b>	<b>59.293</b>	<b>30,1%</b>	<b>196.176</b>	<b>157.218</b>	<b>24,8%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustada<sup>1</sup></b>	<b>66,0%</b>	<b>61,3%</b>	<b>4,7 pp</b>	<b>63,1%</b>	<b>59,2%</b>	<b>3,9 pp</b>

<sup>1</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo e Construção e a Provisão para Manutenção

O EBITDA Ajustado do 3T21 foi de R\$ 77,2 milhões, aumento de 30,1% comparado ao mesmo período de 2020. Este aumento é explicado pela melhora no tráfego da rodovia no período e pelo aumento tarifário em julho/21.





## RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ mil)	3T21	3T20	▲	9M21	9M20	▲
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(54.679)</b>	<b>(39.253)</b>	<b>39,3%</b>	<b>(150.833)</b>	<b>(95.518)</b>	<b>57,9%</b>
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>5.033</b>	<b>912</b>	<b>451,8%</b>	<b>10.290</b>	<b>2.838</b>	<b>262,6%</b>
Juros sobre aplicações financeiras	4.521	899	402,8%	9.575	2.712	253,1%
Outros	512	13	3838,9%	715	126	467,3%
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(59.712)</b>	<b>(40.165)</b>	<b>48,7%</b>	<b>(161.123)</b>	<b>(98.356)</b>	<b>63,8%</b>
Comissões e despesas bancárias	(163)	(181)	-10,0%	(486)	(632)	-23,0%
Juros sobre empréstimo e financiamentos	(15.548)	(7.852)	98,0%	(30.132)	(24.426)	23,4%
Variação monetária passiva	(7.178)	(14.014)	-48,8%	(70.551)	(22.147)	218,6%
Juros sobre debêntures	(35.105)	(18.110)	93,8%	(53.671)	(51.031)	5,2%
Outros	(1.718)	(8)	21379,0%	(6.283)	(120)	5135,8%

Inflação e Juros	3T21	3T20	Δ
IPCA Últimos 12 meses	10,25%	3,14%	<b>7,1 pp</b>
CDI do Período	2,52%	2,59%	<b>-0,1 pp</b>
CDI Acumulado Últimos 12 meses	3,01%	2,97%	<b>0,0 pp</b>
TJLP do Período	4,88%	4,91%	<b>-0,0 pp</b>
TJLP Média Últimos 12 meses	4,61%	5,13%	<b>-0,1 pp</b>

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo | IBGE  
 CDI - Taxa de juros DI - Portal de Finanças - 2020/2021 (portaldefinancas.com)

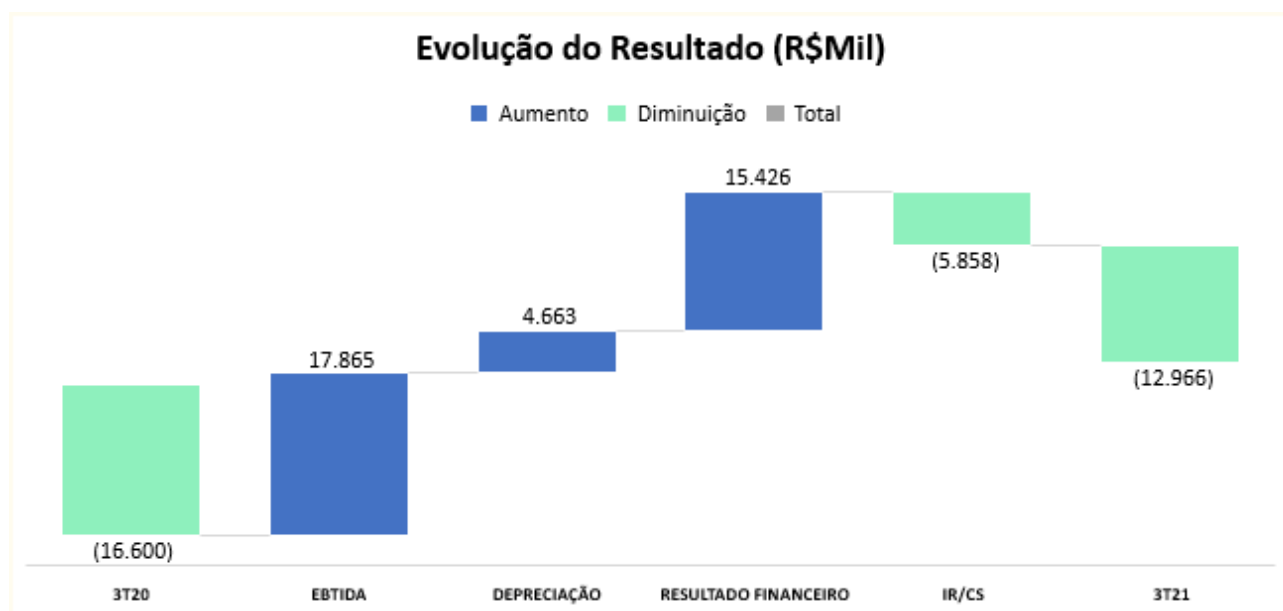


O Resultado Financeiro Líquido teve um incremento de 39,3% no 3T21 comparado ao 3T20, principalmente por conta do aumento dos índices macroeconômicos.

## RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado Líquido (R\$ mil)	3T21	3T20	Δ	9M21	9M20	Δ
Lucro/Prejuízo do Exercício	(12.966)	(16.600)	-21,9%	(49.170)	(48.119)	2,2%

O resultado do 3T21 foi de Prejuízo Líquido de R\$ 13,0 milhões, melhor quando comparado ao resultado do 3T20, explicada principalmente pela melhora da receita líquida combinada com a constituição de IR/CS diferido.



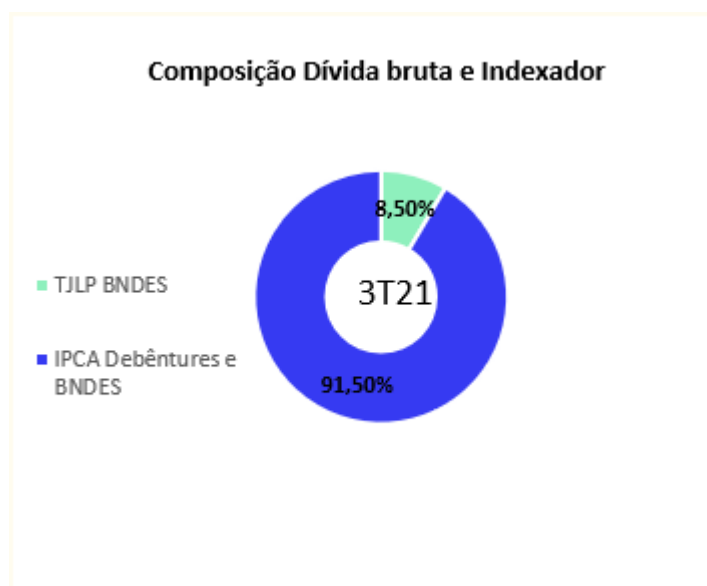
## DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$)	3T21	3T20	Δ
<b>Dívida Bruta</b>	<b>(1.392.955)</b>	<b>(1.453.012)</b>	<b>-4,13%</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>(287.326)</b>	<b>(247.721)</b>	<b>15,99%</b>
Empréstimos e Financiamentos	(103.963)	(151.258)	-31,27%
Debêntures	(183.363)	(96.463)	90,09%
<b>Longo Prazo</b>	<b>(1.105.629)</b>	<b>(1.205.291)</b>	<b>-8,27%</b>
Empréstimos e Financiamentos	(180.297)	(245.435)	-26,54%
Debêntures	(925.332)	(959.856)	-3,60%



<b>Disponibilidades</b>	<b>367.850</b>	<b>218.272</b>	<b>68,53%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	167.999	62.335	169,51%
Aplicações Financeiras Vinculadas <sup>1</sup>	199.851	155.937	28,16%
<b>Dívida Líquida Ajustada</b>	<b>(1.025.105)</b>	<b>(1.234.740)</b>	<b>-16,98%</b>

<sup>1</sup> Aplicações financeiras - consideram Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado compromissados



No 3ºT21, a Companhia apresentou uma dívida líquida de R\$ 1,025 bilhões, representando uma redução de 17,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa redução ocorreu em função do fluxo de amortização de dívida e pelo aumento no saldo de caixa

## PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ mil)	3T21	3T20	Δ	9M21	9M20	Δ
Investimento Total	87.749	27.665	217,18%	145.853	99.345	46,81%
Imobilizado	5.623	274	1952,19%	10.675	4.012	166,08%
Intangível	82.126	27.391	199,83%	135.178	95.333	41,80%
Direito de Concessão (Investimento)	82.126	27.391	199,83%	135.178	95.333	41,80%

No 3T21 foram investidos R\$86,6 milhões destinados principalmente, às revitalizações viárias, além dos equipamentos primarizados.



## SOBRE A COMPANHIA

### A CART



A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding II S.A. – IBH II, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do corredor rodoviário denominado Raposo Tavares, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.



O Corredor Raposo Tavares é formado pela SP-225 João Baptista Cabral Rennó, SP-327 Orlando Quagliato e SP-270 Raposo Tavares, no total de 834 quilômetros entre Bauru e Presidente Epitácio, sendo 444 no eixo principal e 390 quilômetros de vicinais. As rodovias da CART atravessam o território de 34 municípios, com acesso ao início da SP-280 Castelo Branco, conexão com o Mato Grosso do Sul e ao Norte do Paraná. Por isso, são de importância vital para o transporte de cargas entre as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste.





## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	01/01/2021	01/01/2020	▲	01/07/2021	01/07/2020	▲
	a	a		a	a	
	30/09/2021	30/09/2020		30/09/2021	30/09/2020	
Receita operacional líquida	445.127	331.279	34,4%	166.384	124.038	34,1%
Custo dos serviços prestados	(335.937)	(258.664)	29,9%	(119.562)	(92.460)	29,3%
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>109.190</b>	<b>72.615</b>	<b>50,4%</b>	<b>46.822</b>	<b>31.578</b>	<b>48,3%</b>
Receitas (despesas) operacionais						
Gerais e administrativas	(35.747)	(29.282)	22,1%	(12.319)	(10.253)	20,2%
Outras receitas operacionais, líquidas	123	110	11,6%	34	10	240,0%
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>73.566</b>	<b>43.443</b>	<b>69,3%</b>	<b>34.537</b>	<b>21.335</b>	<b>61,9%</b>
Receitas financeiras	10.290	2.838	262,6%	5.033	912	451,9%
Despesas financeiras	(161.123)	(98.356)	63,8%	(59.712)	(40.165)	48,7%
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(77.267)</b>	<b>(52.075)</b>	<b>48,4%</b>	<b>(20.142)</b>	<b>(17.918)</b>	<b>12,4%</b>
<b>PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(77.267)</b>	<b>(52.075)</b>	<b>48,4%</b>	<b>(20.142)</b>	<b>(17.918)</b>	<b>12,4%</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.097	3.956	610,2%	7.176	1.318	444,5%
<b>PREJUÍZO DO PERÍODO</b>	<b>(49.170)</b>	<b>(48.119)</b>	<b>2,2%</b>	<b>(12.966)</b>	<b>(16.600)</b>	<b>-21,9%</b>
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	- 0,006	- 0,007		- 0,002	- 0,002	

## BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (R\$ Mil)	2021	2020
<b>Ativo Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	167.999	375.706
Contas a receber	28.098	27.193
Estoques	3.955	2.004
Tributos a recuperar	2.475	1.152
Adiantamentos	2.311	4.859
Partes relacionadas	63	115
<b>Total do Circulante</b>	<b>204.901</b>	<b>411.029</b>
<b>Ativo não Circulante</b>		
Impostos diferidos ativos	398.095	369.154
Depósitos judiciais	17.253	19.637
Outros	9	9
Imobilizado	14.598	6.170
Intangível em andamento	171.064	166.995
Intangível	2.170.693	2.136.475
<b>Total do Não Circulante</b>	<b>2.771.712</b>	<b>2.698.440</b>

Passivo (R\$ Mil)	2021	2020
<b>Passivo Circulante</b>		
Fornecedores	27.581	28.287
Empréstimos e financiamentos	103.963	129.041
Debêntures	22.523	127.210
Tributos a recolher	5.224	4.292
Obrigações com empregados e administradores	9.340	6.289
Concessão de serviço público	1.292	1.157
Partes relacionadas	348	262
Receita Diferida	8.472	12.697
Provisão para manutenção	160.032	-
Outros	563	74
<b>Total do Circulante</b>	<b>339.338</b>	<b>309.309</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos	141.286	170.607
Debêntures	925.332	857.262
Provisão para riscos processuais	83.639	82.854



<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.976.613</b>	<b>3.109.469</b>	Receita diferida	36.014	36.925
			Provisão para manutenção	13.639	165.977
			<b>Total do Não Circulante</b>	<b>1.199.910</b>	<b>1.313.626</b>
			<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.539.248</b>	<b>1.622.935</b>
			<b>Patrimônio Líquido</b>		
			Capital social	1.727.500	1.560.500
			Adiantamento para futuro aumento de capital	493.200	660.200
			Prejuízos Acumulados	(783.335)	(734.165)
			<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>1.437.365</b>	<b>1.486.535</b>
			<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.976.613</b>	<b>3.109.469</b>

## RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2021: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); e revisão das informações financeiras anuais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e serviços de auditoria para abertura de capital.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A empresa e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

## DECLARAÇÃO DA DIRETORIA (INSTRUÇÃO CVM 480)

Em atendimento ao disposto no inciso II do §1º do artigo 29 e nos incisos V e VI do §1º do artigo 25, ambos da Instrução CVM nº 480/09, pelo presente instrumento, os diretores da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”) abaixo designados declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Informações Financeiras Intermediárias da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021.



\*\*\*

Rene Pinto da Silva

Presidente

Gilson De Oliveira Carvalho

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Daniel Rodrigo Lavorini

Contador CRC 1SP241985